Editorial

Extensão em saúde como prática de inclusão e garantia de direitos: experiências em Medicina e Odontologia nas comunidades

A extensão universitária em saúde, desenvolvida no âmbito da Afya Faculdade de Ciências Médicas de Palmas (Afya Palmas), constitui-se como dimensão fundante da vida acadêmica, indissociável do ensino e da pesquisa, e deve ser compreendida não apenas como prática de intervenção, mas como campo de reflexão crítica sobre o lugar da universidade na sociedade contemporânea. Ao reunir neste dossiê experiências diversas, envolvendo públicos e metodologias igualmente heterogêneos, abre-se não apenas um espaço de sistematização, mas também de interrogação: o que, afinal, significa produzir conhecimento em diálogo direto com territórios atravessados por desigualdades históricas?

As ações aqui apresentadas revelam, de um lado, a pluralidade dos sujeitos envolvidos - povos indígenas, pessoas com Transtorno do Espectro Autista, idosos, pacientes em hemodiálise, comunidades rurais, corredores de rua e população em situação de rua - e, de outro, a multiplicidade de metodologias que sustentaram tais práticas. Da integração entre saberes biomédicos e tradicionais ao uso de tecnologias digitais, passando por linguagens artísticas, musicais e itinerantes, evidencia-se a extensão como espaço de invenção e de diálogo. O que unifica essas experiências, apesar da diversidade de contextos, é a centralidade da escuta e da humanização do cuidado, dimensões que frequentemente escapam aos protocolos estritamente técnicos mas que são, paradoxalmente, o que dá densidade e sentido às práticas de saúde.

Do ponto de vista formativo, cabe enfatizar que esses percursos expõem os estudantes a realidades que dificilmente seriam alcançadas apenas no espaço da sala de aula, clínica acadêmica ou dos laboratórios. Ao depararem-se com o cotidiano do Sistema Único de Saúde e com situações marcadas por vulnerabilidade, aprendem que a saúde não pode ser reduzida ao domínio clínico ou ao exercício técnico. Trata-se de uma aprendizagem que é também ética e política, pois confronta futuros profissionais com os determinantes sociais que moldam a vida e a morte, exigindo deles não apenas competência, mas sensibilidade e compromisso.

Essas práticas, vale destacar, não permanecem circunscritas ao local. Elas dialogam com a agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e se alinham às metas de saúde, educação, redução das desigualdades e fortalecimento de parcerias intersetoriais. A extensão, nesse sentido, não deve ser vista como apêndice da formação acadêmica, mas como vetor de desenvolvimento sustentável e de transformação social. Em outros termos: aquilo que nasce em espaços comunitários, muitas vezes frágeis e invisibilizados, projeta-se em debates mais amplos sobre políticas públicas e sobre o papel do Estado na garantia de direitos.

Todavia, é inevitável reconhecer os desafios: a instabilidade dos recursos, a ausência de políticas públicas que assegurem continuidade e a ainda recorrente disputa em torno do lugar da extensão na universidade pelo próprio campo acadêmico. Esses obstáculos, contudo, não anulam os resultados que aqui se apresentam. Ao contrário, reforçam o entendimento de que mesmo em condições adversas a extensão em saúde é capaz de produzir impactos sociais relevantes, ressignificando a função social da universidade e reafirmando sua ligação com os princípios democráticos de cidadania e justiça social.

Assim, o presente dossiê não se limita a expor experiências, mas convida a refletir sobre a própria concepção de universidade que desejamos consolidar. A extensão, mais do que um conjunto de práticas, pode ser tomada como categoria crítica que nos permite interrogar as relações entre saúde, desigualdade e cidadania, situando-se como parte de um projeto de sociedade que aposta na efetivação de direitos e na construção de um futuro mais justo e saudável - não sem tensões, não sem contradições, mas sempre em movimento.

EXTENSAO REVISTA